

## A NOBREZA PORTUGUESA NO INÍCIO DO SÉCULO XV: RENOVAÇÃO E CONTINUIDADE<sup>1</sup>

MAFALDA SOARES DA CUNHA  
(Universidade de Évora)

Aproveitando todos os contributos historiográficos dos últimos anos e alguma investigação primária, este estudo não visa mais do que apreender as linhas de continuidade ou de renovação das principais linhagens e casas senhoriais do reino depois das convulsões político-sociais dos finais de trezentos. O mesmo é dizer, o impacto da crise de 1383-85 na estruturação das elites nobiliárquicas do século XV.

---

<sup>1</sup>Este texto foi escrito em 1989, para um projecto editorial que acabou por não se concretizar. Pareceu-me que o seu tema tornava pertinente a sua inclusão num volume de homenagem a Salvador Dias Amat. Por isso e dado a posterior investigação a que me dediquei se ter afastado cronologicamente destas áreas, retomou-se o texto de então sem se introduzirem alterações significativas. É essa a razão pela qual se não incorporaram possíveis contributos de trabalhos editados posteriormente, como sejam, entre outros, os casos de Isabel Castro Pina, «Linhagem e património. Os senhores de Melo na Idade Média», *Penélope*, nº 12, 1993, pp. 9-26; Luis Krus, *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico. 1280-1380*, Lisboa, JNICT/Fundação Calouste Gulbenkian, 1994; Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995; Maria de Lurdes Rosa, *O Morgadio em Portugal, sécs. XIV-XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico*, Lisboa, Ed. Estampa, 1995 (trabalho onde, de resto, se faz referência à versão policopiada deste texto) e Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Os Pimentéis. Percursos de uma linhagem da nobreza medieval*

O quadro cronológico abarca os reinados de D. Fernando e D. João I. A definição, e posterior hierarquização, do universo social foi feita com base na tripla condicionante: poder político, poder económico-social e poder militar. Estabeleceu-se, para tal, uma grelha em que as linhagens foram classificadas em função do cruzamento de variáveis como o estatuto social — titulados, ricos-homens e cavaleiros —; antiguidade; parentesco com a família real; posição privilegiada junto do centro político, avaliada através de indicadores como a presença na corte e a posse dos mais importantes cargos palatinos e burocráticos; exercício de cargos militares a nível regional; ocupação dos principais cargos militares do reino e, finalmente, acumulação de volume significativo de doações régias, sobretudo pela outorga de rendas e direitos jurisdicionais<sup>2</sup>.

Para além das linhagens oriundas da família real, quer por via legítima — caso das casas dos infantes, filhos de D. João I —, quer por via bastarda — caso dos futuros Bragança e dos Noronha<sup>3</sup>, as

*portuguesa (séculos XIII-XIV)*, Lisboa, FCSH-JUNL, 1995 (dissert. de doutoramento). Para além dos trabalhos que se referenciarão ao longo do texto, tomaram-se em conta as achegas dos trabalhos de José Augusto Pizarro, *Os Patronos do Mosteiro de Grijó (Evolução e estrutura da família noite — séculos XI a XIV)*, Porto, 1987, (dissert. mestr. mimeo.), de Herminia Vasconcelos Vilar, «A ascensão de uma linhagem: a formação da casa senhorial de Abrantes», in *Comunicações I. Arqueologia do Estado*, Lisboa, 1988, pp. 331-344 e de Maria João V. Branco Marques da Silva, «João de Albuquerque, cavaleiro e senhor do século XV», *ibidem*, pp. 291-310.

<sup>2</sup>Com o apoio de Armando Luis de Carvalho Homem, a quem aproveito para mais uma vez agradecer, hierarquizar-se da seguinte forma os diversos cargos: 1) *Burocráticos*: chanceler-mor, escrivão da puridade; corregedor da corte, vedor da fazenda, desembargadores, meirinho-mor, regedor da casa do cível; 2) *Palatinos* (subdivididos em casa real, da rainha e dos infantes): conselheiro, governador (caso da casa dos infantes), camareiro-mor, porteiro-mor, reposteiro-mor, despenseiro-mor, cavaleiro-mor, monteiro-mor; 3) *Militares*: condestável, marechal, almirante, guarda-mor, alferes-mor, capitão-mor, coudel-mor; 4) *Territoriais*: corregedor, meirinho-mor, alcaide.

<sup>3</sup>Não se incluem aqui os filhos bastardos do infante D. João que viveram em Portugal, como D. Fernando da Guerra, D. Fernando — que na documentação só aparece como sobrinho do rei — ou D. Afonso de Cascais porque optamos, nos dois últimos casos, já

linhagens assim seleccionadas foram: Albuquerque, Ataíde, Azevedo, Castro, Coutinho, Cunha, Melo, Meneses, Pereira, Silva, Sousa e Vasconcelos. Consideraram-se, no entanto, para a correcta definição do universo os Abreu, Almada, Almeida, Camelo, Castelo Branco, Coelho, Freire de Andrade, Lima, Pimentel, Portocarreiro, Sá e Távora.

### 1. Elites nobiliárquicas fernandinas

Os dados avançados por Maria José Ferro Tavares<sup>4</sup> e José Mattoso<sup>5</sup> são já suficientemente elucidativos para caracterizar a nobreza fernandina. Embora não quantificados e de forma não sistematizada, englobam a maior parte das variáveis acima descritas, que subjazem, creio, à classificação produzida: a de Maria José Ferro Tavares cingindo-se apenas aos mais «poderosos», a de José Mattoso alargando, na vertical, o grupo em análise e hierarquizando mais minuciosamente a sua camada cimeira. Para além da comum divisão entre nobreza de origem castelhana e portuguesa, J. Mattoso estabeleceu uma divisão dentro da chamada grande nobreza, que distingue entre nobreza palatina e nobreza tradicional portuguesa. A primeira integrava os nobres que gravitavam na órbita directa do rei, incluindo tanto membros de linhagens castelhanas, quanto tradicionais e mais recentes; a outra agrupava linhagens antigas do reino que

que o primeiro professa a carreira eclesiástica, por manter os seus descendentes integrados nas linhagens das respectivas cônjuges, de quem, de resto, mantém o apelido. Sobre o património de D. Afonso de Cascais cf. A. H. de Oliveira Marques, «Para a História do Concelho de Cascais na Idade Média», in *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, 1988, pp. 108 ss.

<sup>4</sup>Maria José Ferro, «A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385», *Revista de História Económica e Social*, nº 12, 1983, pp. 45-89.

<sup>5</sup>José Mattoso, «A nobreza e a revolução de 1383», in *1383-1385 e a crise geral dos séculos XIV/XV. Actas das Jornadas de História Medieval*, Lisboa, 1985, pp. 391-402.

havam conseguido sobreviver com algum sucesso. Abaixo deste primeiro grupo situava-se uma nobreza média, necessariamente mais numerosa, cujas oportunidades de ascensão se limitavam ao patrocínio das linhagens principais e ao serviço régio, basicamente pela via das armas. O Quadro 1 oferece uma quantificação destes dados.

Quadro 1  
Hierarquização das principais linhagens fernandinas

Linhagens	Parentesco		Origem (século)		Estatuto Social		
	Com o rei	Com a rainha	Castelhana	Portuguesa	Titulados - número	Ricos-Homens	Cavaleiros
Meneses		x			4		
Castro	x		XII		1		
Vilhena	x		XII		1		
Silva				XII		x	
Azevedo				XII		x	
Portocarreiro		x		?		x	
Melo				XII		x	
Sousa	x			XII		x	
Cunha				XIII		x	
Vasconcelos				XIII			x
Pereira				XII			x
Coutinho				XIII			x
Ataide				XIII			x

Como já foi também observado por estes dois autores, e foi fenómeno corrente em todos os reinados, as linhagens mais favorecidas pelas benesses régias eram parentes da família real em grau de consanguinidade próximo. A diferença em relação a outras épocas cinge-se ao facto de essa parentela estar sobretudo ligada à

rainha e não ao rei. As desavenças de D. Fernando com os seus meios-irmãos marginalizaram-nos, afastando-os depois de Portugal, com o inevitável confisco dos bens. Esse facto, somado à inexistência de filhos segundos ou bastardos do monarca, permitiu a quase hegemonia dos Meneses, sobretudo na fase final do reinado. Refira-se ainda que todos os detentores de títulos eram de origem castelhana, de presença em Portugal relativamente recente. Como recente era, também, a sua situação no vértice da hierarquia nobiliárquica.

Este último fenómeno constitui, de resto, uma característica estrutural da nobreza portuguesa da dinastia de Borgonha. Os quadros superiores da elite nobiliárquica foram pouco estáveis e renovaram-se quase de reinado a reinado, revelando uma sensibilidade extrema às conjunturas políticas. Conjunturas não apenas portuguesas, mas também do reino vizinho, já que a mobilidade geográfica dos elementos derrotados nos conflitos internos era acompanhada da grande facilidade de integração no reino para que emigravam. Este dado, que J. Mattoso constatou para séculos anteriores<sup>6</sup>, permaneceu durante todo o século XIV, estendendo-se ainda ao longo da centúria de quatrocentos<sup>7</sup>. Outro factor que talvez tenha estado na base desta instabilidade, e que importaria comprovar, diz respeito ao tipo de doações régias feitas pelos monarcas. As doações jurisdicionais e de juro e herdade permitiriam uma capacidade acrescida para impor e perpetuar um maior controlo sobre o território e as gentes, enquanto a mera cobrança de direitos e rendas indicaria possibilidades

<sup>6</sup>Cf. José Mattoso, «A nobreza galaico-portuguesa. A identidade e a diferença», *Ler História*, nº 1, 1983, pp. 5-22.

<sup>7</sup>Constata-se a facilidade de integração, em Portugal, da leva de emigrados castelhanos e galegos da primeira metade de XIV, bem como o acolhimento que os exilados portugueses tiveram em Castela nas duas últimas décadas desse século. Também em relação à centúria seguinte se podem encontrar numerosos exemplos. Citem-se, apenas, duas conjunturas: os conflitos do início da regência do Infante D. Pedro e as ditas conspirações contra D. João II.

inferiores de dominação territorial. Por outro lado, as doações precárias aumentariam a dependência das linhagens face à Coroa e dificultariam a implantação territorial e a estabilização desses grupos linhagísticos.

Através de uma sondagem ao tipo de doações proporcionadas por D. Fernando aos membros das linhagens identificadas no Quadro 1, realizada nos fundos da chancelaria régia<sup>8</sup>, foi possível constatar a predominância da concessão de rendas e direitos reais e de bens fundiários (cerca de 50% num universo de 252 cartas régias de doação) em detrimento da cedência de jurisdição completa (cerca de 20%). Por outro lado as doações precárias ultrapassavam ligeiramente os 40%, enquanto que as de juro e herdade atingiam os 35%.

Assim, se o topo da hierarquia nobiliárquica se reconstituiu através da concentração significativa de títulos e bens jurisdicionais nos Meneses e nos Castro<sup>9</sup>, também se verificaram alterações no que respeita à composição das camadas inferiores do grupo aqui em análise. Parece que, deste ponto de vista, o reinado de D. Fernando marcou um claro período de abertura. Novos nomes, novas linhagens que emergiram e se consolidaram pelo serviço militar. Os Coutinho e os Ataíde foram disso exemplo.

Em síntese, alargamento dos quadros nobiliárquicos, emergência de novas linhagens no topo e na base da pirâmide que, embora de forma desigual, auferiram de benesses vultuosas por parte da monarquia. Característica a reter, no entanto, parece ser o carácter

<sup>8</sup> Detectaram-se 252 cartas régias de doação concedidas a 39 membros das 11 linhagens referenciadas no Quadro 1. É claro que a distribuição entre elas foi muito desigual, mas este tipo de contagem não oferece credibilidade para avaliar a importância relativa das linhagens.

<sup>9</sup> Em conjunto com D. Henrique Manuel de Vilhena, são aqueles que apresentam uma relação mais equilibrada entre doações jurisdicionais, de rendas e direitos e de bens fundiários.

maioritariamente precário das doações feitas<sup>10</sup> e a clara dominância da concessão de rendas e direitos sobre a cedência de jurisdições.

## 2. Nobreza e crise de 1383-85: clivagens e interpretações

A extinção, ou perda de importância, das principais linhagens fernandinas após as convulsões político-sociais dos últimos vinte anos do século XIV, tem sido um tópico recorrentemente aceite pela historiografia portuguesa da Baixa Idade Média. Essa herança é, de resto, longínqua. Reproduz, no essencial, a perspectiva de Fernão Lopes, principal cronista não só da crise de 1383-85, como do reinado do fundador da dinastia de Avis, D. João I<sup>11</sup>. Significa isto que a composição da nobreza joanina, não oriunda da família real, tem sido compreendida basicamente em função das opções que os diferentes segmentos nobiliárquicos teriam realizado aquando da crise de 1383-85.

A actuação dos membros de qualquer um dos escalões da nobreza não foi, porém, uniforme nem mecânica. É dado adquirido já há uns anos a esta parte<sup>12</sup>. Embora se aceite que existiam membros de todos estes grupos em qualquer das facções em confronto, é geralmente admitida a tendência para a maior importância dos chefes de casa e dos primogénitos das principais linhagens no lado de D. Leonor

<sup>10</sup> Já Maria Angela Beirante, em «O Alentejo na 2ª metade do século XIV – Évora na crise de 1383/1385» in *Jornadas sobre Portugal Medieval*, Leiria, 1983 (este texto foi igualmente publicado in *Estudos Medievais*, nº 7, 1986, pp. 119 ss.), p. 372, constata também que as doações feitas por D. Fernando no Alentejo eram predominantemente de título precário.

<sup>11</sup> Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, parte I, cap. CLXIII, ed. A. Braamcamp Freire, reimp., Lisboa, 1977, p. 308.

<sup>12</sup> Cf. Maria José Ferro Tavares, *op. cit.* e José Mattoso, *op. cit.*. As considerações que se seguem sobre as clivagens políticas durante a crise são também maioritariamente devedores dos textos destes dois autores assim como o de Carlos Guilherme Riley, «Aspectos da componente juvenil da fidalguia no contexto da crise de 1383/85» in *1383-1385 e a crise geral dos séculos XIV/XV...*, pp. 297-305.

Teles e, portanto, de Castela, e o predomínio de filhos segundos e de bastardos desses mesmos grupos linhagísticos assim como de linhagens de segunda ordem junto do mestre de Avis. A omissão de presenças e a flutuação e instabilidade nalgumas adesões a qualquer um dos partidos tem sido explicada pela incerteza em relação às probabilidades de sucesso de uma terceira facção, nunca claramente formalizada, mas sempre latente, que era a do infante D. João, primogénito de um pretenso casamento entre o rei D. Pedro e Inês de Castro<sup>13</sup>.

As justificações dos diferentes apoios assentavam tanto em considerações de ordem jurídica — a legitimidade das candidaturas —, quanto na activação de solidariedades verticais, que atravessavam todos os níveis da nobreza, e ainda em estratégias tradicionais de ascensão na hierarquia social — serviço militar e ocupação do vazio social aberto — e na lógica típica das solidariedades e formas de reprodução senhoriais.

Estas interpretações, pelo próprio âmbito cronológico que as balizou, deixaram em aberto as questões relativas à estrutura e composição da nobreza joanina. Baquero Moreno, na linha de pesquisas precursoras, mas parcelares, de Mitre Fernandez, tentou preencher esse vazio inventariando os nobres portugueses que em dois períodos distintos, o da crise de 1383-85 e em 1397-98, se exilaram em Castela<sup>14</sup>. As motivações foram diversas. Se no primeiro

<sup>13</sup>Saliente-se o papel precursor de Salvador Dias Amaid no chamar de atenção para a figura deste infante. Cf. *A crise nacional dos fins do século XIV (contribuição para o seu estudo)*, sep. Anais, Academia Portuguesa da História, 1985.

<sup>14</sup>Humberto Baquero Moreno, «Exilados portugueses em Castela durante a crise dos finais do século XIV (1384-1388)» in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. I, Porto, 1987, pp. 69-101 e «Contestação e oposição da nobreza portuguesa ao poder político nos finais da Idade Média», *Ler História*, nº 13, 1988, pp. 3-14 e Emilio Mitre Fernandez, «La emigración de nobles portugueses a Castilla a fines del siglo XIV», *Hispania*, XVI, 1966, pp. 512-525.

caso se prendiam directamente com as opções políticas manifestadas ao longo da crise e, como disse, foram já suficientemente tratadas pela historiografia, no segundo a ligação a essa conjuntura não é linear e carece ainda de maior sistematização.

Diga-se, apenas, que quer por exílio, quer por morte natural ou em combate, desapareceram da cena política portuguesa, nalguns casos apenas momentaneamente, os Meneses, o ramo primogénito dos Melo e dos Silva, o dos Castro, descendentes do Conde de Arraiolos, os dois Sousa, bastardos, Gonçalo Vasques de Azevedo e o filho, João Rodrigues Portocarreiro e dois Pereira, irmãos de Nuno Álvares, um deles o primogénito que era prior da ordem do Hospital.

### 3. Elites nobiliárquicas joaninas: renovação e continuidade

#### 3.1. Balanço (1384/1400)

A quase coincidência entre as principais linhagens fernandinas e joaninas surpreende de imediato quem estudar o período subsequente à crise de 1383-85. Mas se as chancelarias dos dois monarcas repetem muitos dos apelidos, é também verdade que muitos deles aparecem com significativa desigualdade de importância.

Como se disse, não é possível compreender a estruturação das elites nobiliárquicas joaninas sem entrar em linha de conta com os conflitos que afastaram do reino outros importantes nobres, no final da década de 90. Destaque-se, mais uma vez, que muitos deles optaram em 1383 inequivocamente pelo Mestre e tinham recebido numerosos bens em paga dos serviços prestados. Mas o monarca aproveitou logo a redução das hostilidades militares para racionalizar e limitar um pouco as doações anteriormente feitas. E fê-lo, quer pela via dos escambos, que normalmente serviam tanto o soberano

como o donatário<sup>15</sup>, quer pela reapropriação dos préstamos concedidos durante a guerra, quer ainda pelo apoio concedido às reivindicações concelhias em relação aos alegados abusos senhoriais<sup>16</sup>. A explicação corrente é, pois, a da contenção dos privilégios e jurisdicções senhoriais empreendida por D. João I, à qual se devem ainda acrescentar as hostilidades internas à nobreza, muitas vezes de natureza estritamente privada. Sem discutir o inegável clima negativo que a primeira atitude referida teve no seio da nobreza, parece-me que a causa próxima da saída da segunda leva de emigrados se fundou sobretudo nas rivalidades senhoriais em torno da partilha de grandes áreas de influência a nível regional.

<sup>15</sup>É sugestivo que a maior parte dos escambos de que há notícia se refiram a alguns dos maiores beneficiados pela prodigalidade régia durante a crise de 1383-85: Nuno Álvares Pereira e Gonçalo Vasques Ceutinho. O facto de estas trocas se terem realizado não só com o rei como com outros particulares evidencia a coexistência de estratégias senhoriais e régias em relação ao território. Enquanto Nuno Álvares Pereira optou pela criação de três núcleos territoriais descontinuos, mas espacialmente coerentes e estratégicos, Gonçalo Vasques preferiu concentrar todos os seus bens na região da Beira. Cf. a proposta do primeiro, Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, parentesco e poder. A Casa de Bragança 1384-1483*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990, mapas 1 e 2; e do segundo, ver Carlos Guilherme Riley, *Os "Doze de Inglaterra": a ficção e a realidade*, Universidade dos Açores, 1988, pp. 128/160 e também Maria Amélia Esteves Jorge, *Gonçalo Vasques Coutinho na vida do seu tempo*, dissert. lic., dactil., Coimbra, 1953.

<sup>16</sup>Cf. Humberto Baquero Moreno, «Contestação e oposição da nobreza portuguesa...», pp. 4/8.

Quadro 2  
Membros das principais linhagens da nobreza emigrados para  
Castela (1384-1400)<sup>17</sup>

Linhagens	Gerações		Troncos		Ordem de Nascimento			Total
	N.º	N.º Geração	N.º	Troncos	P	S	B	
Ataide	2	1. <sup>a</sup>	1		1			1
Azevedo	2		1					0
Castro a	2							0
Castro b	2	1. <sup>a</sup> -2. <sup>a</sup>	1		2			2
Coutinho	2		1					0
Cunha	2	1. <sup>a</sup> -2. <sup>a</sup>	1		2	3		5
Melo	3	1. <sup>a</sup> -2. <sup>a</sup>	2		2	1		3
Meneses	3	1. <sup>a</sup> -2. <sup>a</sup>	2	1. <sup>a</sup> -2. <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup> -2. <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup> -1		4
Pacheco	2	1. <sup>a</sup> -2. <sup>a</sup>	1		1	1	(2)	2
Pereira	3	2. <sup>a</sup>	3		1	1		2
Silva	3	1. <sup>a</sup> -2. <sup>a</sup>	2	1. <sup>a</sup> -2. <sup>a</sup> -3. <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup> -1	1 <sup>a</sup> -2		3
Sousa a	3		1		1	1	(2)	2
Sousa b (c)	3		1					0
Vasconcelos	2		1					0
Total					14	12	(4)	24
								138

Legenda:

(a) - A divisão em um ou dois troncos dentro da mesma linhagem reporta-se à existência de um ou dois irmãos na 1.<sup>a</sup> geração que, como se vê, tiveram em muitos casos, comportamentos diversos perante estas conjunturas, e cuja descendência teve estratégias e destino social diferenciado; (b) - Nascimento: remete para a ordem de nascimento dentro da família, e não da linhagem, e para a situação de nascimento. P - primogénito; S - secundogénito; B - bastardo; (c) - A subdivisão dos Castro e dos Sousa em duas linhagens diferentes, embora com o mesmo apelido, justifica-se pelo facto de os seus elementos serem aparentados, mas em grau já longínquo. Cf. legenda do quadro 5.

<sup>17</sup>Este quadro foi elaborado com base na reconstrução genealógica das duas ou três gerações das linhagens consideradas como principais que, embora em faixas etárias dispares, foram contemporâneas desta conjuntura. Os bastardos não foram contabilizados no primeiro total, já que se incluíram também na ordem de nascimento. O segundo total reporta-se ao número de elementos masculinos das linhagens referenciadas, para as gerações em causa.

Atendendo à origem maioritariamente beirã dos fidalgos emigrados e ao facto de as suas linhagens tradicionalmente dividirem entre si o poder sobre a região da Beira interior, creio que a atitude do monarca em relação aos Coutinho, por comparação com as outras linhagens da Beira<sup>18</sup>, a par com a própria estratégia da linhagem de concentração espacial dos bens nessa região, provocou um reordenamento decisivo, e provavelmente irreversível nas hierarquias políticas regionais<sup>19</sup>. O descontentamento sentido pelas demais linhagens beirãs adquire ainda maior sentido uma vez que os Pacheco, os Cunha ou os Coelho eram mais antigos e com um rol longo de serviços prestados à monarquia, com o qual os Coutinho não tinham possibilidades de rivalizar.

Quaisquer que fossem as razões, o facto é que estas duas levadas de emigrados criaram espaço para alguma mobilidade nas cúpulas da hierarquia nobiliárquica (Quadro 2). Embora os números aqui apresentados sejam significativos – os fidalgos emigrados destas linhagens correspondem, afinal, a cerca de 1/5 do total dos elementos masculinos – deve-se ainda atender ao facto de alguns deles serem detentores dos mais importantes senhorios de então que assim reentraram na posse da Coroa<sup>20</sup>.

<sup>18</sup>Encontram-se, na *Chancelaria de D. João I*, 38 cartas régias de doação ou confirmação de bens a 4 membros da família dos Coutinho, para apenas 4 aos Coelho, na pessoa de Egas Coelho, 35 aos Cunha, embora distribuídas por 7 elementos e 21 a 3 dos Pacheco. A desigualdade é manifesta, sobretudo se atendermos ao facto de Gonçalo Vasques Coutinho ter sido contemplado com 24 dessas 38 cartas régias.

<sup>19</sup>Creio que a explicação avançada por Fernão Lopes e reproduzida pela historiografia portuguesa de que as rivalidades senhoriais se faziam sentir sobre o quadro geográfico "nacional" e não a partir das animosidades manifestadas por estes senhores beirões em relação ao excessivo poder outorgado pelo monarca ao Condestável deveria contra os Coutinho. A haver estratégias de partilha da predominância senhorial ao nível do reino, causa estranheza não estarem os Coutinhos também presentes. Dada a extensão dos bens detidos estariam em posição bem mais favorável.

<sup>20</sup>E, sobretudo, o caso dos Meneses e dos Castro. Fora desta listagem, mas com um senhorio também significativo, temos o caso de D. João Afonso Pimentel, sr. de

O reinado de D. João I é, por esta razão, um cenário privilegiado para apreender as diversas estratégias possíveis de mobilidade social, tanto descendente como ascendente, das elites nobiliárquicas. Fenómeno que adquire ainda maior interesse porquanto, a partir de meados da primeira década do século XV, se alargou o quadro tradicional de hipóteses de ascensão pela abertura das campanhas militares no Norte de África e pelo estabelecimento de casas aos Infantes.

Num balanço sumário do quadro social da nobreza, destacam-se quatro situações-tipo. Uma primeira que engloba as linhagens que desapareceram definitivamente do cenário português fosse por extinção biológica – os Albuquerque –, fosse por exílio – os Pacheco e, de alguma forma, os Portocarreiro. Uma outra que abarca as linhagens em que todos ou a maior parte dos seus membros emigraram para Castela, mas que gradualmente regressaram ao reino – os Meneses, os Castro, descendentes do conde de Arraiolos, e mesmo os Ataíde e os Camelo. Em comum têm o confisco pelo monarca de toda a anterior base patrimonial; distingue-as a opção de permanência em Castela ou de regresso a Portugal. Um terceiro grupo integra as linhagens que se dividiram nesse período de 1384/1400, ficando no reino os representantes do que se convencionou chamar 2º tronco. É o caso dos Cunha, dos Melo e dos Sousa. Os Silva são caso excepcional, porque partiram membros de ambos os «troncos» (Quadro 2). Apesar desta ressalva, podem incluir-se nesta situação, já que o beneficiado será um descendente do ramo secundogénito. Finalmente surgem as linhagens claramente beneficiadas: os Pereira<sup>21</sup>, os Coutinho, os Almada, os Almeida, os Freire de

Bragança. Cf. Isabel Beceiro Pita, «Los Pimentel, señores de Braganza y Benavente», *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas...*, vol. I, pp. 317-331.

<sup>21</sup>Dado o carácter limite do percurso de Nuno Álvares Pereira, que lhe possibilitou uma acumulação a todos os níveis excepcional, tanto no que refere ao património, como no que respeita ao prestígio social e até simbólico, desintegrei o seu caso particular

Andrade e os Távora, embora estas últimas quatro o fossem em grau bastante inferior à das duas primeiras.

### 3.2. Estratégias de recomposição social: alguns indicadores (1400/1433)

No reinado de D. João I, o tempo funcionou como um factor estratégico fundamental para a nobreza. Tempo necessário para que se consolidassem as vantagens ou desvantagens comparativas obtidas durante o período de guerra ou para que frutificassem as estratégias de recuperação de poder e prestígio sociais, se não totalmente perdidos, pelo menos bastante abalados.

Esta é, talvez, uma das explicações das transformações operadas no seio desta elite nobiliárquica ao longo do reinado joanino. Enquanto nos primeiros tempos de governo a estrutura da principal nobreza reproduzia quase linearmente os apoios manifestados ao longo do período de guerra anterior, os anos finais evidenciaram uma recuperação assinalável do poder das linhagens antes marginalizadas e que coincidiam com as que usufruíam de maior prestígio no tempo de D. Fernando. Refiro-me concretamente aos Castro e aos Meneses.

#### a) 1400/1415

Neste primeiro período, a capacidade de influência das linhagens havia já sido testada na luta pela posse dos bens confiscados. Embora a transferência para os grandes senhores não fosse automática e o rei também tivesse beneficiado sectores menores da nobreza, os

---

da linhagem de que era oriundo, embora tenha sempre tomado em consideração a potencial instrumentalização desse capital político e social por parte dos restantes membros da linhagem dos Pereira.

Coutinho conseguiram sacar muitos dos bens da Beira, sobretudo dos Pacheco e de João Afonso Pimentel, enquanto Nuno Álvares Pereira recebeu todos os bens do cunhado Gil Vasques da Cunha. As ligações familiares, a par da influência junto do monarca, constituíram uma importante via de reivindicação do património dos exilados e emprestaram uma certa componente de legitimidade de herança à exigência de retribuição dos serviços prestados. Veja-se entre muitos outros, os casos de Vasco Martins da Cunha, o Moço, que recebeu Lanhoso, confiscado ao sogro, de João Gomes da Cunha, que assim se apropriou dos bens do tio Aires Gomes da Silva, o Moço, ou de Gonçalo Vasques Coutinho, que anexou os bens do cunhado Martim Vasques de Ataidé, para além do já citado exemplo de Nuno Álvares.

Assim, os serviços à Coroa foram, de facto, dominantemente recompensados pela redistribuição dos bens confiscados, sendo diminutas as doações que alienaram terras tradicionalmente reguengas. A sua distribuição foi, no entanto, muito desigual. Concentraram-se sobretudo nas mãos de Nuno Álvares Pereira e de Gonçalo Vasques Coutinho. Os restantes apoiantes de D. João na crise, se exceptuarmos justamente aqueles que partiram entre 1396 e 1400, auferiram de menor volume de bens.

Mas o ritmo intenso das doações régias reduziu-se substancialmente após 1400<sup>22</sup>. E, mesmo as poucas cartas outorgadas até ao final do reinado — apenas 105, por comparação com as 245 anteriores

---

<sup>22</sup>Estas e as posteriores informações assentam no levantamento das doações régias da chancelaria de D. João I que respeitam a todos os membros referenciados das seguintes linhagens: Almada, Almeida, Ataidé, Azevedo, Camelo, Castro, Coutinho, Cunha, Lima, Lobo, Melo, Meneses, Pereira, Silva, Sousa, Vasconcelos. Contabilizaram-se, no entanto, as doações feitas a membros das famílias Freire de Andrade e Távora que casaram com elementos das linhagens acima indicadas. Excluíram-se todas as doações feitas a membros da família real, aos infantes e à futura casa de Bragança, assim como aquelas linhagens de sangue real que se autonomizaram da casa real, como é o caso dos Noronha. Nuno Álvares Pereira foi também excluído, embora o seu caso



—, eram na sua maioria confirmações de doações anteriores, quase sempre por motivo de sucessão, tanto pacífica como através de pleitos de partilhas, correspondendo por isso à geração seguinte. Surgem, no entanto, também vários contratos de casamento e algumas doações particulares. Em suma, apenas 48 cartas régias em que foram cedidos novos bens. E, dessas, apenas 13 outorgavam terras com jurisdição completa. As restantes doavam bens urbanos e, sobretudo, fundiários, concediam privilégios aos moradores das terras destes donatários ou entregavam rendas e direitos. Registe-se que das 48 cartas doadas, 10 destinaram-se a Gonçalo Vasques Coutinho.

Para além dos bens confiscados, havia outra disputada e importante fonte de rendimentos e de poder, nomeadamente militar: os mestrados das ordens militares. Como o próprio Fernão Lopes fez afirmar a D. João I: «... em mynha terra ha quatro degnydades honradas: saber, o mestrado de Christus e o de Santiago e o d' Avis e o priol do Esprital, que sam asy como quatro collunas que sostem a honrra de meu reyno, e que todollos grandes de fora da terra, quando vem, esgoardam seus estados e nobrezas; e por em me parecer a mym que os que taes estados ouvessem daver por meu seruyço e honrra do reyno, deuyam ser pessoas notauees e de grande autoridade ...»<sup>23</sup>. O de Cristo foi entregue a Lopo Dias de Sousa, o de Santiago a Mem Rodrigues de Vasconcelos, o de Avis a Fernão Rodrigues de Sequeira e o Priorado do Hospital, depois da saída de Álvaro Gonçalves Camelo para Castela, doado a um protegido do Condestável, Lourenço Esteves de Góis. Esta divisão não foi feita sem alguma controvérsia, já que, com excepção da ordem de Cristo, houve sempre mais de um candidato. Foram preferidos Rui Freire e

confirme o que aqui é dito sobre a evolução das doações régias (cf. Mafalda Soares da Cunha, *op. cit.*, apêndice documental).

<sup>23</sup>Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, parte II, cap. CLXXXIII, ed. W. Entwistle, Lisboa, 1977, p. 395.

Fernando Álvares de Almeida. Mem Rodrigues de Vasconcelos, afastado do mestrado de Avis, foi compensado com o de Santiago, de resto mais rico e de maior «honra».

Destaque-se, no entanto, que, embora fiéis adeptos de D. João I, nenhum deles pertencia às linhagens principais do reino, e só dois deles se integravam nas mais importantes. Seguiu-se a tradição de épocas anteriores, em que as ordens militares constituíram veículo decisivo de mobilidade social ascendente, normalmente abandonado após uma certa consolidação do poder da linhagem. Veja-se o citado caso dos Pereira.

É que, atingidos os escalões cimeiros da hierarquia nobiliárquica, havia outros meios de reforçar o poder social da linhagem: a ocupação de ofícios palatinos e a posse dos cargos militares mais importantes do reino. Os ofícios da administração central, apesar de importantes e bem remunerados, continuaram ainda quase monopólio do grupo dos letrados, já laicos, mas não nobres<sup>24</sup>. A prazo podia constituir, no entanto, um factor de integração na nobreza, quer pela constituição de um património territorial produto da gratidão régia, quer pelas alianças matrimoniais com representantes de linhagens médias da nobreza. Casamentos mutuamente vantajosos, já que também representavam a possibilidade de colocar essas filhas com custos comparativamente mais reduzidos<sup>25</sup>.

<sup>24</sup>Cf. Armando Luis de Carvalho Homem, *L'État portugais et ses serviteurs (1320-1433)*, sep. do *Journal des Savants*, Paris, Jul-Dez 1987, pp. 181-203.

<sup>25</sup>Cite-se, apesar de menos paradigmático, mas dada a importância do papel por ele desempenhado na subida ao poder do Mestre de Avis e, por isso, também do maior volume de bens recebidos, o casamento de João das Regras com Leonor da Cunha, filha de Martim Vasques da Cunha (cf. A.H. de Oliveira Marques, *op. cit.*), e os já típicos casamentos de Gil do Sem com Maria da Cunha, uma das filhas de Gil Vasques da Cunha e de Pedro Gonçalves Malafaia com Isabel da Silva, filha de João Gomes da Silva. No segundo dos casos referidos, o dote foi o mais baixo dos conhecidos pelas cartas de confirmação régia do reinado de D. João. Apenas 3000 coroadas, quando para uniões dentro do mesmo nível social, oscilava em média entre as 4000 e 6000 coroadas.

Quadro 3 — Ofícios por membros da grande nobreza joanina (1384-1433)

Nomes	Palatinos		Militares sem alcaldarias mores		Burocráticos	Territoriais
	rei	rainha e infantes	capitão mor da frota	alcaidarias mores		
Álvaro Vasques de Almada			capitão mor da frota			
João Vasques de Almada	Conselho	repositório-mor, <sup>(2)</sup> aio, <sup>(3)</sup>			meirinho-mor	
Diogo Fernandes de Almeida	vedor da Casa	governador da Casa, <sup>(3)</sup>				
Fernando Álvares Almeida		governador da Casa, <sup>(3)</sup>	marchal prior do Hospital			
João Freire de Andrade		donzela, <sup>(1)</sup> governador da Casa, <sup>(3)</sup>				
Álvaro Gonçalves de Ataide		aia, <sup>(1)</sup> cojeiro-mor, <sup>(1)</sup>	marchal			fronteiro-mor, <sup>(2)</sup>
Vasco Fernandes de Ataíde		donzela, <sup>(1)</sup> camareira-mor, <sup>(1)</sup>	alferes-mor			fronteiro-mor, <sup>(3)</sup>
Álvaro Gonçalves Camelo		aio, <sup>(4)</sup>	alferes-mor		regedor da Casa do Cível	
Beatriz de Castro	Conselho					
Fernando de Castro	Conselho					
Afonso de Cascais	Conselho					
Beatriz Gonçalves de Moura	Conselho					
Gonçalo Vasques Coutinho	Conselho					
João Rodrigues Coutinho	Conselho					
Leonor Vasques Coutinho	Conselho					
Teresa Vasques Coutinho						
Fernão Vasques da Cunha						
Gil Vasques da Cunha						
Fernando da Guerra	Conselho					
Gomes Martins de Lemos	Conselho					
Gonçalo Vasques de Melo	Conselho					
Martim Afonso de Melo	Conselho		guarde-mor			
Vasco Martins de Melo	Conselho					
Pedro de Meneses	Conselho					capitão-mor, <sup>(3)</sup>
Fernando de Noronha	Conselho					
Diogo Lopes Pacheco	Conselho					
João Fernandes Pacheco	Conselho					
Álvaro Pereira	Conselho					
Beatriz Pereira						
Berngela Pereira		donzela, <sup>(1)</sup> donzela, <sup>(1)</sup> donzela, <sup>(1)</sup>				
Leonor Pereira						
Nuno Álvares Pereira	modomo-mor Conselho					
João das Regras	Conselho					
Aires Gomes da Silva	Conselho					
João Gomes da Silva	copeiro-mor					
Diogo Lopes de Sousa	Conselho				chanceler-mor regedor da Casa Cível	
Lopo Dias de Sousa						
Pedro Lourenço de Távora	repositório-mor					
Mem Rodrig. de Vasconcelos						
Rui Mendes de Vasconcelos						meirinho-mor, <sup>(1)</sup>

Legenda: Cargos palatinos das Casas da Rainha ou dos Infantes: (1) - Casa da Rainha; (2) - Casa do Inf. D. Duarte; (3) - Casa do Inf. D. Pedro; (4) - Casa do Inf. D. Henrique; (5) - Casa do Inf. D. Fernando; (6) - Casa do Inf. D. Afonso (bastardo)

Cargos territoriais: (1) - Entre Douro e Minho; (2) - Beira; (3) - Ceuta

Os mais relevantes cargos militares (Quadro 3), concentraram-se, mais uma vez, nas mãos dos Pereira e dos Coutinho. Nuno Álvares foi condestável e o seu primo Álvaro Pereira foi marchal. À morte deste, o cargo foi ocupado por Gonçalo Vasques Coutinho. Abaixo estavam os cargos de guarda-mor, primeiro nas mãos de João Fernandes Pacheco, depois de Martim Afonso de Melo (tal como antes o tivera seu pai); o de alferes-mor, que no reinado de D. Fernando fora apanágio dos Silva e para quem retornou após o exílio do seu anterior detentor — Gil Vasques da Cunha; e o de capitão-mor da frota que foi outorgado a Álvaro Vasques de Almada.

Outro elemento que corrobora e se articula com os dados já avançados nesta tentativa de hierarquização da nobreza joanina é a listagem dos efectivos militares que o rei e os principais senhores deviam obrigatoriamente levantar<sup>26</sup>. Para além dos senhores eclesiásticos, que não foram incluídos no quadro sintético (Quadro 4), contava-se apenas com as tropas levantadas nos concelhos, ordens militares e de dois únicos senhores laicos. Novamente os casos de Nuno Álvares Pereira e Gonçalo Vasques Coutinho.

Quadro 4

## Poder militar: levantamento de lanças e arneses

Nome	Lanças N.º	Arneses N.º
Mestre da Ordem de Cristo	100	50
Mestre da Ordem de Santiago	100	50
Mestre da Ordem de Avis	80	40
Mestre da Ordem do Hospital	60	20
Nuno Álvares Pereira		50
D. Afonso, bastardo de D. João I		50
Gonçalo Vasques Coutinho		30

<sup>26</sup>Cf. Jorge de Faro, *Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481. (Subsídios documentais)*, Lisboa, 1965, pp. 16-17.

Mas, o melhor indicador para avaliar o poder das linhagens prende-se directamente com a ocupação da situação de conselheiro. Este era integrável nos ofícios palatinos, embora usufruisse de um estatuto bastante diferenciado. Um pouco esquematicamente diria que era um ofício de natureza essencialmente política e distinto dos demais da governação central pelo facto de não ser remunerado, de ser de convocação e desempenho irregular e da total dependência da vontade do monarca<sup>27</sup>. Utilizando as palavras de A. L. de Carvalho Homem, não era um ofício, mas sim uma dignidade<sup>28</sup>. Se o princípio que lhe subjaz se fundava no dever de «consilium» da nobreza ao rei, a escolha concreta dos conselheiros pelo monarca obedecia a critérios de confiança pessoal e reconhecimento do valor e do prestígio individuais. Ou seja, apoio pedido em decisões de particular relevo ou delicadeza que pode bem significar a necessidade sentida pelo soberano em os implicar directamente em (ou melhor, em tornar os nobres escolhidos em cúmplices activos de) determinadas medidas régias. Parece-me que a presença no Conselho de elementos letrados ou eclesiásticos tinha um significado diverso destes nobres. Os primeiros possuíam uma formação académica que garantia competência na avaliação de matérias que exigiam conhecimentos técnicos especializados. Não era claramente o caso dos nobres, que eram maioritariamente pouco instruídos.

Esta linha de raciocínio sugere, de imediato, dois ou três tipos de implicações: a) a capacidade de influência, ou até o controlo, que esses nobres individualmente exerciam sobre outros segmentos da nobreza, significando isto que a sua anuência ou comprometimento

<sup>27</sup>A natureza, funcionamento, atribuições e composição do conselho de D. João I foram bem estudados por Armando Luis de Carvalho Homem, *Conselho Real ou conselheiros do rei? A propósito dos "privados" de D. João I*, sep. de *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. IV, Porto, 1987.

<sup>28</sup>*Ibidem*, p. 21.

pessoal poderia evitar a eclosão de conflitos e garantir consensos; b) o reconhecimento régio do prestígio social dos conselheiros nobres capaz de assegurar uma forte capacidade negocial em matérias diplomáticas c) mas também alguma dependência do rei em relação a essas mesmas individualidades, que se destacavam assim do conjunto da nobreza.

Embora de âmbito diferenciado, a ocupação de ofícios palatinos também traduzia clivagens na hierarquia nobiliárquica. A partir do exemplo dos elementos iniciais da Casa da Rainha, creio significativa a nomeação individualizada, por Fernão Lopes, de apenas três senhoras da família dos Pereira, três da dos Coutinho e uma da dos Castro<sup>29</sup>. Elucidativamente, Beatriz de Castro, filha do conde de Arraiolos, auferia de maior moradia que qualquer outra pelo facto de ser "a mais filhadalga das outras donzelas"<sup>30</sup>.

#### b) 1415/1433

Este segundo período marcou uma viragem importante na composição da principal nobreza do reino. Foram decisivos dois novos dados: a criação de casas aos diversos infantes e o início da gesta expansionista, sobretudo no que se refere à ocupação e manutenção de praças no Norte de África.

As suas consequências foram similares. Maior abertura na base da pirâmide nobiliárquica e aumento das hipóteses de mobilidade social ascendente. Embora as repercussões desta maior mobilidade só possam ser integralmente abarcadas numa análise de maior duração, é já possível detectar neste espaço de quase vinte anos mutações relevantes, pelo menos, ao nível de algumas linhagens.

<sup>29</sup>Fernão Lopes, *op. cit.*, parte II, cap. XCVII, p. 210, da ed. cit.

<sup>30</sup>*Ibidem*, parte II, cap. CXXXIX, p. 267 da ed. cit.

O caso dos Meneses foi paradigmático da segunda das hipóteses referidas. Com excepção de D. Martinho, filho de D. Gonçalo, conde de Neiva, estiveram todos exilados em Castela. Apesar de bem recebidos pelo monarca castelhano, que doou o título de conde de Ilhó a D. Pedro, regressaram a Portugal quando, segundo o cronista Zurara, “o muy noble Rey Dom Joham avendo aquelle amor com seus naturaes, que todo o bom Principe deve aver, fez vir per estes regnos a esta condessa (D. Guiomar Portocarreiro), e a este seu filho com ella, e lhes fez tomar todos los bens, que avia de seu patrimonio”<sup>31</sup>. Apesar de não haver indicação de data precisa, é admissível supor que o retorno se situasse antes de 1407<sup>32</sup>.

Do intervalo de tempo que media entre a chegada a Portugal e a tomada de Ceuta não sobraram vestígios, pelo menos nas crónicas e na chancelaria régia, das suas actividades. A chamada ao reino não significou reabilitação imediata do prestígio anteriormente detido pela linhagem e muito menos da confiança pessoal do monarca. A emergência dessa obscura marginalização só veio a ser possível depois da ocupação da capitania de Ceuta. Note-se, no entanto, que o rei só concedeu o cargo a D. Pedro de Meneses depois das sucessivas recusas do Condestável, de Gonçalo Vasques Coutinho e de Martim Afonso de Melo. O seu nome foi escolhido por intercessão do infante D. Duarte, a quem o prior do Hospital e o mestre da Ordem de Cristo foram manifestar o grande empenho de D. Pedro de Meneses em ocupar esse posto.

Creio que a vontade do soberano português em fazer regressar ou, pelo menos em aceitar de volta, algumas das figuras que haviam emigrado para Castela, era bastante evidente. Para além de D. Pedro,

<sup>31</sup>Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses*, I. II, cap. XI.

<sup>32</sup>A. Braamcamp Freire, *op. cit.*, vol. I, p. 125.

já ocorrera com outros<sup>33</sup>. Alguns deles foram ainda compensados do anterior confisco dos seus bens, através da doação de outras terras e rendas. Mas, a recuperação do poder social exigia mais. Veja-se ainda o exemplo de D. Pedro de Meneses.

O sucesso de que se revestiu a defesa da praça e as proezas militares realizadas, garantiram-lhe o reconhecimento do rei e os signos de distinção guerreira tão caros à ideologia nobiliárquica da época. Mas, Ceuta significou também enriquecimento fácil<sup>34</sup> e a possibilidade de constituir clientelas.

Quanto ao primeiro dos fenómenos acima referenciados — a constituição de casas aos infantes — cruza-se neste preciso ponto com o impacto da expansão no Norte de África. As tropas deixadas para a defesa da praça eram constituídas por contingentes da casa do rei e dos infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique. Com excepção de D. Duarte, que optou por confiar no capitão de Ceuta para o comando das suas hostes, todas as outras eram capitaneadas por um membro destacado das respectivas casas. Ora, os membros das casas dos infantes eram maioritariamente filhos segundos de linhagens intermédias ou elementos de linhagens secundárias que nesse patrocínio procuravam alternativas às hipóteses reduzidas de ascensão social ou de manutenção do *status* familiar que o sistema sucessório da nobreza criava.

<sup>33</sup>D. Pedro de Castro, filho do conde de Arraiolos, D. Álvaro Pires de Castro, e D. Pedro da Guerra, bastardo do infante D. João, voltaram a Portugal ainda na década de 90; Gil Vasques da Cunha também regressou em 1403, o mesmo sucedendo a Aires Gonçalves de Figueiredo e a Álvaro Gonçalves Camelo, antes prior do Hospital, que recebeu compensação das rendas da ordem por carta régia também de 1403.

<sup>34</sup>A afirmação que A. de Sousa Silva Costa Lobo, *História da sociedade em Portugal no século XV*, Lisboa, s/d, p. 482 (pref. de J. Mattoso) fez para o seu neto creio ser válida para o avô: «A mais abundante fonte dos seus cabedais se encontra, segundo cremos, nas fructuosas presas, que, como capitão de Ceuta, expugnava sobre os corsários...» ou «os capitães desta fortaleza davam mostras de uma abundância monetária pouco usual na fidalguia portuguesa» (p. 483).

Este patrocínio podia-os conduzir a distinguirem-se no campo militar, como neste caso, mas também à ocupação de cargos e obtenção de benesses por intercessão desses interlocutores privilegiados junto do monarca que eram os infantes. Ou ainda à partilha do poder que os filhos do monarca detinham após lhes ter sido montada casa. Lembre-se apenas que D. Pedro e D. Henrique, para além da dignidade ducal, foram distinguidos com importantes doações territoriais e que a direcção de três das ordens militares veio a recair em D. Henrique e nos dois infantes mais novos, D. João e D. Fernando.

Por outro lado, a maioridade dos filhos do monarca abriu inequivocamente um novo escalão na hierarquia nobiliárquica. Entre as principais linhagens distinguidas no período anterior e o rei estavam agora os infantes e mesmo os futuros Bragança e os Noronhas, também de sangue real.

Legitimação da nova dinastia, maior controlo sobre o próprio território pela entrega desses apanágios a elementos da família real e a própria lógica das relações de parentesco têm sido os argumentos justificativos deste facto. Importante é, no entanto, o facto de isso significar multiplicação dos pólos de distribuição de oportunidades, honras e benesses. Diga-se, em aparte, que a tendência posterior destas casas de sangue real foi para se emanciparem da tutela directa da monarquia e reproduzirem estratégias tipicamente senhoriais.

Nesta linha de raciocínio torna-se já compreensível que, no que respeita à composição da elite nobiliárquica, o panorama seja diferente no início e na fase final do reinado de D. João I. Não deixa de ser interessante, ainda, o facto de as linhagens que mais eficientemente capitalizaram essas hipóteses acrescidas terem sido justamente aquelas que a crise havia marginalizado. Contribuições decisivas foram seguramente o capital de prestígio e as redes de parentesco anteriormente estruturadas.

Volte-se ainda aos Meneses.

D. Pedro, ao regressar pela primeira vez de Ceuta a Portugal, em 1424, é feito conde de Vila Real. Honra tanto maior quanto foi o primeiro, e único, titulado feito por D. João I fora da família real. A mancha das atitudes dos seus ascendentes em 1383-85 estava já diluída pela sua actuação guerreira e pela rede de relações que o cargo em Ceuta e as inerentes possibilidades de, também ele, distribuir poder e riqueza lhe tinham trazido. Dos ascendentes recuava-se apenas a memória da antiguidade e grandeza da linhagem<sup>35</sup>.

Os Castro, descendentes do 1º conde de Arraiolos, D. Álvaro Pires de Castro (Castro b), embora muito menos rapidamente e em menor escala, também conseguiram uma reintegração bem sucedida. Deles emergiria a casa dos condes de Monsanto, já em meados do século XV (1460). Diga-se, contudo, que a recuperação da linhagem foi feita através de um ramo secundogénito e se processou através do serviço na casa do infante D. Henrique<sup>36</sup>.

#### 4. Hierarquia nobiliárquica e estratégias matrimoniais

As relações de parentesco desempenharam um papel fundamental na reprodução social da nobreza. Neste contexto, as estratégias matrimoniais das linhagens em análise são indicadores importantes não só da posição de cada uma delas na hierarquia social, como das

<sup>35</sup>Não deixa de ser significativo que, já em meados do século XV, e numa época em que o poder dos Meneses estava já consolidado, D. Leonor, filha de D. Pedro de Meneses, tenha requerido ao rei a redacção dos feitos de seu pai em Ceuta. Consagração definitiva obtida por esse público reconhecimento que a monarquia assim prestava.

<sup>36</sup>O sucessor da casa destes Castro, senhores de Cadaval, de nome D. João, só deixou filhas. A mais velha casaria com o 2º duque de Bragança, razão pela qual Cadaval veio a entrar na Casa de Bragança. A linha de onde proveio o título de Monsanto era a do irmão segundo deste D. João de Castro, D. Fernando. Foi este quem serviu como governador na casa do infante D. Henrique, de quem obteve a alcaidaria-mor da Covilhã. E foi o seu sucessor que obteve o título condal.

estratégias possíveis de consolidação ou alargamento do seu poder social.

Mas é sabido que o mercado de opções matrimoniais possíveis para membros deste tipo de linhagens estava, à partida, condicionado pela existência de um conjunto de regras implícitas. A primeira consequência era o carácter relativamente limitado das escolhas possíveis. Limitava-se às linhagens de estatuto social idêntico ou, quando muito, aproximado<sup>37</sup>. E, mesmo assim, havia ainda que jogar com variáveis, muitas vezes dependentes de acasos: cônjuges convenientes disponíveis e em idade adequada.

Sublinhe-se, entretanto, o facto de, ao contrário do que se verificará mais tarde<sup>38</sup>, a taxa de nupcialidade aqui apontada ser bastante elevada (67%)<sup>39</sup> (cf. Quadro 5), o que parece indicar uma ainda incipiente adopção do modelo reprodutivo vincular e, portanto, a prevalência de formas tendencialmente igualitárias de divisão dos bens entre os descendentes. Um estudo sobre o montante dos dotes atribuídos poderia esclarecer se esta prática de dar estado matrimonial à grande maioria dos descendentes (tanto masculinos, como femininos) criava dificuldades à sobrevivência das grandes casas, pela dispersão de bens que assim propiciaria. Em qualquer dos casos, a Lei Mental criou um primeiro dispositivo de controlo na transmissão dos bens da Coroa, pela obrigatoriedade de sucessão do varão primogénito. E a progressiva difusão do modelo vincular inverteria

<sup>37</sup>Pierre Bourdieu, «Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction», in *Annales. Economies. Sociétés. Civilisations*, 1972, (4/5), pp. 1110/1111.

<sup>38</sup>James Boone, «Parental investment and elite family in preindustrial States. A case study of late medieval-early modern portuguese genealogies», *American Anthropologist*, nº 8, 1986, pp. 859-878.

<sup>39</sup>E este valor deve ser considerado por defeito, uma vez que desconhecemos o destino de um número ainda importante de descendentes (19). Se se retirasse este valor ao total de descendentes (227) obteríamos o número de 208 membros de linhagens com destino conhecido dos quais 73% adoptou o estado matrimonial.

esta tendência na forma de partilha dos bens familiares. De todas as formas, a contrapartida à eventual contracção patrimonial era a possibilidade de estreitar relações no interior do grupo e, eventualmente, estruturar ou reforçar solidariedades que poderiam revelar-se úteis na criação de facções políticas e nos jogos de influência junto da Coroa. Note-se que a dita liberalidade com que D. Afonso V agraciou a nobreza (mas que já antes o regente D. Pedro encetara), não foi imune às disputas políticas e aos jogos de interesse entre grupos nobiliárquicos.

### Quadro 5

Membros das principais linhagens de Portugal<sup>40</sup>

Linhagens	Gerações N.º	Número de membros						
		H	M	FL	FI	C	T	
Ataide	2	3	2	5	0	4	5	
Azevedo	2	6	2	8	0	7	8	
Castro a	2	8	2	10	0	7	10	
Castro b	2	5	4	9	0	8	9	
Coutinho	2	8	7	15	0	12	15	
Cunha	2	20	7	27	0	18	27	
Melo	3	13	7	20	0	15	20	
Meneses	3	10	5	15	0	12	15	
Pacheco	2	4	0	1	3	2	4	
Pereira	3	27	18	13	32	24	45	
Silva	3	21	13	31	3	22	34	
Sousa a	3	5	4	6	3	5	9	
Sousa b	3	4	6	10	0	10	10	
Vasconcelos	2	10	6	6	10	6	16	
Total	—	144	83	176	51	152	227	

#### Legenda:

H - Homens; M - Mulheres; FL - Filiação legítima; FI - Filiação ilegítima; C - casados; T - total

Castro a - geração de Álvaro Pires de Castro, ascendente dos srs. de Reziz e Benivier; Castro b - geração de Álvaro Pires de Castro, conde de Arraiolos.

Sousa a - geração de Martin Afonso de Sousa, futuros senhores de Montlúgia; Sousa b - geração de Lopo Dias de Sousa, mestre da Ordem de Cristo

<sup>40</sup>Este quadro foi elaborado com base nas informações genealógicas constantes do *Livro de Linhagens do Século XVI*, introd. de António Machado Faria, Lisboa, Academia

Uma outra consequência deste intenso recurso ao matrimónio também foi a da progressiva desqualificação de alguns dos seus ramos, como adiante se verá a propósito do exemplo dos Cunha.

Analisando sistematicamente todas as alianças matrimoniais da geração seguinte à da crise (Quadro 6), que nalguns casos integrava também elementos já em idade de combater, mas nessa altura ainda dependentes do chefe de casa, é possível extrair conclusões não só pertinentes com o que se conhece sobre os modelos tradicionais de reprodução social das elites nobiliárquicas, como sintomáticas das hierarquias que na década de 20 se começavam a consolidar dentro da principal nobreza do reino, e que, com ligeiras alterações, permaneceriam ao longo do século XV, senão mesmo no século XVI.

Quadro 6  
Alianças matrimoniais das principais linhagens do reino<sup>41</sup>

Linhagens	1	2	3	3a	4	5	6	7	8	9	10	11	12	O	Total	
1-Azaide															0	1
2-Azevedo								1							3	4
3-Castro a									1				2		1	4
3a-Castro b	1					1	1								0	2
4-Coutinho										1					0	3
5-Cunha															6	6
6-Melo						1	1								3	5
7-Meneses						3									2	5
8-Pereira															1	1
9-Silva															10	10
10-Sousa a			1												0	1
11-Sousa b			1												0	2
12-Vasconcelos													1	1	2	2
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>27</b>	<b>45</b>	

Portuguesa da História, 1956. Contabilizaram-se os membros das linhagens consideradas em duas ou três gerações, por forma a incluir a geração ou gerações que participaram na crise dinástica e uma linha de descendência ocorrida no reinado joanino. Será com base nesta última linha de descendentes que se elaborará o quadro seguinte, referente às estratégias matrimoniais deste grupo.

<sup>41</sup>Este quadro foi, como se disse, elaborado a partir das alianças matrimoniais da

O primeiro comentário que se impõe diz respeito ao nível de endogamia verificado. Excluíram-se todos os elementos que casaram fora das linhagens representadas (coluna - O), e não se contabilizaram as opções matrimoniais das descendentes femininas para evitar sobreposições nas escolhas. Dos 45 indivíduos considerados, um pouco menos de metade (18, ou melhor, 40%) casaram dentro do grupo. O grau de endogamia apresenta, no entanto, variações relevantes dependendo das linhagens em causa.

As que mais saíram fora do grupo foram os Cunha, os Azevedo, os Vasconcelos e os Melo. A explicação mais imediata será a da menor importância destas linhagens por comparação com as demais. Ou seja, incapacidade de colocação dos seus descendentes nos escalões superiores da nobreza, ficando por isso sujeitos a alianças no seio de linhagens secundárias. A explicação pode decorrer da combinação de factores como a alta taxa de nupcialidade e a progressiva marginalidade do centro político. Estas afirmações podem ser confirmadas através do exemplo dos Cunha, sobretudo se compararmos o tipo de alianças matrimoniais da geração da crise dinástica com a dos seus descendentes directos. Na geração da crise, de oito irmãos só um seguiu a carreira eclesiástica. Os restantes casaram. Dos seis varões o primogénito escolheu a casa dos Girão (Castela), o segundo, por ser alegadamente «desassistado», casou com uma senhora de condição social muito inferior, e os seguintes uniram-se respectivamente com uma Silva, com uma Pereira, com

geração que sucedeu à crise dinástica. Contabilizaram-se, por isso, as escolhas de cônjuge femininas por parte dos grupos linhagísticos. O total reporta-se exclusivamente ao número de matrimónios dos descendentes masculinos (o total é, portanto, superior ao do número de varões casados, já que há que entrar em linha de conta com as segundas uniões). Embora se não discriminem as uniões entre gerações, tal será referenciado no corpo do texto. Sempre que se verifique oportuno mencionar-se-ão alianças exteriores ao grupo, sobretudo com o objectivo de clarificar processos de mobilidade descendente.

uma sucessora de terras em Castela<sup>42</sup> e com uma Ataíde. A única filha também casou bem; o escolhido foi Gonçalo Anes de Melo, o primogénito do ramo português dessa linhagem, cujo sucessor viria a ser feito conde da Atalaia. Na geração seguinte, se se excluir a descendência de Lopo Vasques da Cunha, que nunca regressou de Castela, os filhos varões produziram 19 descendentes, dos quais apenas quatro não se consorciaram. Exceptuando dois filhos do ramo primogénito que também emigraram para Castela e por lá tomaram estado<sup>43</sup>, dos outros treze, só dois casaram em linhagens de maior valia<sup>44</sup>. Um outro indicador que pode corroborar o nível declinante desta linhagem é justamente a adopção, por parte dos descendentes, do apelido da varonia, ou a preferência pelos apelidos maternos. O ramo que mais rapidamente reascendeu na escala social foi o de Pedro Vasques da Cunha, o primogénito do segundo casamento de seu pai, uma vez que o seu sucessor viria a ser conde de Penamacor em 1475. Sintomaticamente, este e os seus irmãos adoptaram o apelido Albuquerque, que pertencia à linhagem da avó materna, a dita segunda mulher de Vasco Martins da Cunha, o Velho (e pai dos 8 filhos contemporâneos da crise dinástica atrás referidos). Lembrem-se ainda que estes Albuquerque provinham do grupo parental da

<sup>42</sup>Os cinco descendentes deste casamento encontraram estado entre a nobreza castelhana, beneficiaram dos favores da Coroa de Castela e fundaram casas tituladas. E o único que adoptou a vida eclesiástica foi arcebispo de Toledo. Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. I, Lisboa, IN/CM, 1973, pp. 165-166.

<sup>43</sup>Também este ramo dos Cunha encontrou melhor sorte em Castela que os parentes que permaneceram em Portugal. Deles provieram as casas dos marqueses de Vilhena, duques de Escalona, duques de Ossuna e outras casas titulares de Grandes de Espanha.

<sup>44</sup>Um foi o casamento com uma filha do conde de Seia, D. Henrique Manuel de Vilhena, outro com uma filha de João Pereira, sr. de Santa Maria. Não eram, de qualquer forma, nessa data, linhagens de maior proeminência. Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. I, pp. 159 e ss.

rainha D. Leonor Teles, de quem, de resto, beneficiaram do valimento.

Se a associação entre baixo nível de casamentos homogâmicos e perda de estatuto social da linhagem é válida para o conjunto do grupo, não impede a existência de excepções pontuais. O mesmo é dizer de casamentos em linhagens que socialmente lhe eram superiores. A explicação reside, neste caso, em dois ou três possíveis factores ou combinação de factores: ou o facto de os acasos biológicos ou as vicissitudes políticas os terem transformado em herdeiros únicos do património paterno e, neste caso, o poder social declinante da família ser compensado pela riqueza assim concentrada<sup>45</sup> ou então os elementos das linhagens superiores serem filhos segundos ou bastardos<sup>46</sup>. A terceira explicação assenta numa estratégia de concentração patrimonial e, portanto, alargamento das áreas de influência a nível regional. Tal parece, à primeira vista, ser o caso dos Coutinho que foram casar os varões em linhagens de tradicional implantação beirã: os Melo e os Cunha. Diga-se, de resto, que o secundogénito do ramo principal dos Coutinho — Fernão Coutinho — conseguiu consorciar-se com a sucessora e única herdeira de Gil Vasques da Cunha. E o aparente desequilíbrio deste enlace — um filho segundo de uma nova e pujante linhagem com a sucessora de uma linhagem provincial mas tradicional — não deixa de corroborar a perda de prestígio dos Cunha.

O caso dos Silva merece também uma referência explícita. Não tanto para justificar que os casamentos hipergâmicos eram, no caso dos Meneses, com bastardas, mas para explicar que foram uniões

<sup>45</sup>Foi o caso do 2º casamento de Leonor da Cunha com o mais velho dos Castro, do ramo do conde de Arraiolos, visto os seus pai e irmãos terem emigrado em Castela.

<sup>46</sup>Apenas um exemplo: o caso da ligação de Luis de Azevedo com Aldonça Meneses explica-se pelo facto desta ser bastarda e ele ter privado próximo de D. Pedro de Meneses em Ceuta.



feitas sempre com membros de gerações diferentes.

As linhagens que casaram quase integralmente dentro do grupo demarcado coincidiram com as mais importantes do ponto de vista social. Ou seja, aquelas que no decorrer do reinado de D. João I foram mais beneficiadas pela liberalidade e confiança régias ou que descendiam das principais linhagens fernandinas, cujo aumento de poder e influência sociais se começou a destacar principalmente a partir da década de 20.

Subjacentes a estes dois casos-tipo estão naturalmente razões distintas. Os Coutinho são exemplares para o primeiro dos casos apresentados, sobretudo se se entrar em linha de conta com os casamentos da geração anterior realizados já no reinado de D. João I<sup>47</sup>. Apertada endogamia, sobretudo com os Meneses, Melo e Sousa. Sintomaticamente os ramos mais bem sucedidos destes dois últimos casos. Mas, também aposta nos Meneses; aquando da geração anterior seguramente apenas pelo capital simbólico, depois a insistência, embora por ramos diferentes, em uniões com D. Pedro de Meneses clarifica não só o processo de ascensão deste último como o interesse dos Coutinho, recém-chegados às camadas cimeiras, nas alianças com as linhagens mais antigas e prestigiadas.

Veja-se um exemplo do outro caso-tipo: os Castro, e mesmo assim apenas a descendência do conde de Arraiolos que, embora com hesitações, optara por Castela na crise (Castro b). Interessam-nos apenas os descendentes do filho que voltou para Portugal: Pedro de Castro, senhor do Cadaval, para distinguir do primo homónimo. Constate-se que optaram preferencialmente por uniões dentro das linhagens que ao tempo da crise seguiram o partido de Castela ou para lá emigraram na segunda leva. Dois Ataídes, filhos do famoso

alcaide de Chaves que tanto resistiu ao cerco do monarca português e que foi para Castela. Depois da morte deste, a sua mulher e os filhos recuperaram todos os bens antes confiscados a Martim Gonçalves de Ataíde, no que contribuiu grandemente o facto da viúva, Mécia Vasques, e mãe destes dois, ser irmã de Gonçalo Vasques Coutinho, a quem de resto haviam sido dados os bens do cunhado. Mas também a já citada Leonor da Cunha. A mais nova casou com o herdeiro, embora bastardo, da casa dos Sousa do Mestre de Cristo.

Em síntese: relação directa entre o nível de endogamia das linhagens e a posição social ocupada, para além da tendência nítida para uma miscigenização mais acentuada entre as famílias que haviam consolidado o seu poder na fase subsequente à crise de 1383-85 — Coutinho e Ataíde, por exemplo — com aquelas que, após um curto período de marginalização, tinham conseguido reocupar a posição dominante perdida também nessa conjuntura política.

### Conclusão

O reinado joanino é marcado por uma certa ambiguidade no que respeita ao impacto da crise de 1383-85 sobre a composição das principais linhagens do reino. Ambiguidade porque se detectam simultaneamente linhas de continuidade e de ruptura por comparação com o período fernandino. Continuidade que se expressa pela manutenção da maior parte das famílias dominantes, ruptura pelo facto dos chefes das diversas casas senhoriais joaninas, embora detendo apelidos idênticos, não serem, em situação normal, os herdeiros das casas dos seus familiares e a base territorial que sustentava o poder social e económico dessas novas casas ser quase completamente diversa da anterior.

De salientar ainda que a maior parte das excepções aos casos

<sup>47</sup>E foram, apenas, três: do primogénito com a filha do Mestre de Cristo e das duas filhas mais novas com o filho do conde de Neiva (Meneses) e com um bastardo do infante D. João.

referidos são constituídas pelas linhagens dos Meneses e Castro, 2º ramo, que, esses sim, eram os herdeiros presuntivos das respectivas casas, não fosse terem sido confiscadas. A base territorial das casas que assim (re)fundaram foi, no entanto, outra.

Fenómeno ainda a sublinhar foi o aumento da mobilidade social ascendente e a abertura do limiar inferior da mais importante nobreza pela multiplicação das hipóteses de serviço. Serviço não só régio, pelo progressivo alargamento da Casa Real e pela abertura de cenários de guerra alternativos, mas também serviço nas casas dos infantes, depois de o monarca lhes ter dado estado. O mesmo é dizer que no século XV aumentaram as hipóteses de constituição organizada de clientelas. Mas significa também que as linhagens mais importantes não oriundas da família real deixaram de poder aspirar à primazia dentro da hierarquia nobiliárquica, já que esse lugar passou a estar ocupado pelas de sangue real. A disputa pela manipulação ou dominação do centro político seria doravante apanágio de casas como a de Bragança ou as dos infantes, como se verificou, de resto, em Alfárobeira e como D. João II tanto receou.

## ALGUNS ASPECTOS DA RECONQUISTÁ CRISTÁ À LUZ DO "LIVRO PRETO DA SÊ DE COIMBRA"\*

MANUEL AUGUSTO RODRIGUES  
(Universidade de Coimbra)

Os séculos VIII e XI foram marcados pela dominação asturo-leonesa, já que era nas Astúrias e na Galiza que se foi formando um movimento forte de oposição à presença muçulmana; e do outro lado, junto aos Pirinéus, com a resistência de navarros e aragoneses, também começava a sentir-se uma tomada de consciência semelhante. As Astúrias começaram a ver as suas igrejas restauradas. Desapareceu o bispado de Britónia mas o de Iria manteve-se. O de Dume instalou-se em Mondonhedo em finais do século IX. Em 804, Afonso II erigiu a diocese de Valpuesta, não longe de Burgos. A crónica de Albelda fornece para 881 a lista das dioceses com os seus titulares<sup>1</sup>. O bispo de Iria residia em Compostela, após

\* Este texto faz parte da introdução da edição integral do *Livro Preto da Sê de Coimbra* a publicar pelo Arquivo da Universidade de Coimbra na passagem do 9.º centenário do Condado Portucalense.

<sup>1</sup> J. B. Mahn analisou esta questão no seu trabalho "Le clergé séculier à l'époque asturienne, 718-910", in *Mélanges Halphen*, p. 453-644. Cf. ainda sobre os termos tratados neste artigo por ordem alfabética:

Berg, Dieter; Goetz, Hans-Werner (ed.) — *Beiträge zur Geschichte von Kirche, Recht u. Staat im Mittelalter (Festschrift für Franz-Josef Schmale zu seinem 65.*